



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007590-91.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Felipe Cesar Nardini Craveiro**
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que é titular de conta junto ao réu, tendo este efetuado débito na mesma relativo a seguro que não contratou.

Almeja à devolução do valor debitado e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A matéria preliminar arguida em contestação entrosas-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O autor sustenta que não avençou seguro algum com o réu, mas este em contraposição apresentou o documento de fl. 21 que evidencia o contrário.

Instado a manifestar-se sobre ele, o autor admitiu que era sua a assinatura lá aposta, mas ressaltou desconhecer o conteúdo do contrato.

Ora, tal alegação não pode prosperar porque está desacompanhada de um só indício que ao menos lhe conferisse verossimilhança.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, a divergência quanto à natureza do seguro ajustado não assume maior importância porque não se sobrepõe à clareza do aludido documento de fl. 21.

Nesse contexto, não se entrevê ilicitude alguma perpetrada pelo réu, de sorte que não se cogita de sua obrigação em ressarcir o autor por danos materiais ou morais, estes, aliás, em momento algum delineados com clareza mínima.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**